

EDITAL n.º 125/2024

Seleção pública de acadêmicos de **PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO** de instituições de ensino devidamente conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela [Lei Federal nº 11.788/2008](#), pela [Resolução CNMP nº 42/2009](#) e pela [Resolução PGJ nº 48/2021](#), torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de pós-graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para a seleção de estudantes de pós-graduação em Direito.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
 - a) ser bacharel em Direito;
 - b) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
 - c) ser estudante de curso de pós-graduação com temática afeta à área temática escolhida;
 - d) ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da tarde;
 - e) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
 - f) não possuir inscrição ativa nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil;
 - g) não ter exercido, anteriormente, mais de 01 (um) ano de atividade de estágio de pós-graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
3. As informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, pelo endereço eletrônico: mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/controle-de-convocacoes.shtml.

II - DA OFERTA DE VAGAS

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de 1 (uma) vaga existente na 1ª e/ou 12ª Promotorias de Justiça da comarca de Ribeirão das Neves e à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no capítulo VI deste Edital.
2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência que, no momento da inscrição, declararem tal condição, desde que as atribuições sejam compatíveis com as necessidades específicas do candidato com deficiência.
 - 2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao

código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e à provável causa da deficiência, e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º, e incisos, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O candidato com deficiência poderá requerer, fundamentadamente, no ato da inscrição, juntando laudo médico expedido no prazo máximo de 3 (três) meses antes do término das inscrições, majoração do tempo ou outra condição necessária para a sua realização da prova.

2.4. A solicitação de majoração do tempo ou de outra condição necessária para a realização da prova será avaliada pelo Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (DPMSO), levando-se em conta o grau de dificuldade alegado em razão da deficiência.

2.5. Ressalvada a hipótese do item 2.4., o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros e se enquadrarem nos parâmetros das regras de preenchimento de vagas reservadas a candidatos negros, observando-se, precipuamente, o objetivo da política de ação afirmativa de inclusão social.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros submeter-se-á a uma comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e ao fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada 10 (dez) candidatos, à seguinte ordem:

- a) o primeiro, o segundo, o quinto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
- b) o sexto candidato será admitido da lista de candidatos com deficiência;
- c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de candidatos negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

- a) os candidatos com deficiência ou negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência, não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas;
- b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;

c) na hipótese de não haver número suficiente de candidatos com deficiência ou negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida aos demais candidatos, em todas as etapas.

III - DO ESTÁGIO

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:

- a) a realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
- b) o recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais);
- c) a concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais) por dia estagiado presencialmente;
- d) a concessão de seguro contra acidentes pessoais;
- e) o recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV - DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a [Resolução PGJ nº 48/2021](#) e este Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/hf5j5WEtaM>, no período de 19/02/2024 a 01/03/2024.

3.1. O candidato receberá a confirmação de inscrição, por *e-mail*, logo após o preenchimento do formulário eletrônico.

4. É de responsabilidade do candidato informar corretamente os dados pessoais e escolares.

5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, enviando um novo formulário de inscrição.

6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição, será considerado o último envio dentro do período de inscrição determinado neste Edital.

7. É de responsabilidade do candidato manter atualizados o *e-mail*, o telefone e os dados curriculares mediante o *e-mail* estagio-inscricao@mpmg.mp.br, para viabilizar os contatos necessários.

8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato, com o cancelamento da sua inscrição e a anulação dos atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V - DA PROVA

1. O processo de seleção compreenderá duas etapas:

- a) prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas.
- b) entrevista de caráter eliminatório e classificatório.

2. O conteúdo programático da prova envolve os seguintes temas:

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios constitucionais. Da interpretação e aplicabilidade da norma constitucional. Dos direitos e garantias fundamentais. Aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Garantias constitucionais. Do Ministério Público: organização, princípios, funções, garantias e vedações. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública direta e indireta; princípios; supremacia do interesse público e direitos fundamentais. Servidores públicos. Poderes e deveres da administração pública. Atos administrativos.

DIREITO CIVIL

Pessoas naturais. Personalidade e capacidade. Direitos da personalidade. Do negócio jurídico. Atos lícitos e atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada. Da proteção e defesa do consumidor – Lei 8.078/90. 17. Do sistema de saúde pública – Lei 8.080/1990. Remoção de órgãos, tecidos e outras partes do corpo – Lei 9.434/1997. 25. Estatuto do idoso – Lei 10.741/2003. 28. Estatuto da pessoa com deficiência/Lei brasileira de inclusão – Lei 13.146/2015.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Princípios informativos do Direito Processual Civil. Partes e procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. O Ministério Público no Processo Civil. DECA – Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional Competência. Modificações da competência. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos processuais. Nulidades. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela da evidência. Procedimento comum. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas: disposições gerais e provas em espécie. Sentença. Remessa necessária. Coisa julgada. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença: disposições gerais, procedimentos em espécie e defesas do executado. Processo de execução: execução em geral, diversas espécies de execução, embargos à execução, suspensão e extinção do processo de execução. Recursos. Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.

DIREITO MATERIAL COLETIVO

Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Idosos - Direitos fundamentais e princípios. Saúde. Discriminação por motivo de idade. Medidas protetivas. Acessibilidade. Atendimento preferencial. Pessoas com Deficiência - Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Impedimentos, barreiras e acessibilidade. Mobilidade. Discriminação por motivo de deficiência. Saúde - SUS, saúde complementar e saúde suplementar. Princípios da integralidade, universalidade, gratuidade e descentralização. Financiamento da Saúde. Regulação assistencial. Saúde mental - Reforma psiquiátrica. Direitos básicos do portador de transtorno mental. Papel da família, do Estado e da Sociedade. Internação psiquiátrica. Rede de Atenção Psicossocial. Internação compulsória. Consumidor - Objetivos, princípios e direitos básicos. Vulnerabilidade. Publicidade. Informação. Responsabilidade do fornecedor. Práticas Abusivas. Proteção contratual. Proteção de dados pessoais do consumidor. Tempo e desvio produtivo. Patrimônio público - PPP, licitações e concessões. Convênios e consórcios. Poder de polícia e propriedade privada. Legalidade administrativa. Proteção da confiança. Moralidade. Publicidade. Impessoalidade. Improbidade administrativa. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ.

DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

Direito processual coletivo, conceito, princípios e institutos fundamentais. Microssistema de tutela jurisdicional coletiva. Representação adequada. Legitimidade coletiva ativa e legitimidade passiva. Pedido e causa de pedir nas ações coletivas. Provas no processo coletivo. Autocomposição nos direitos coletivos. Prescrição e decadência. Recursos nos processos coletivos. Coisa julgada coletiva. Liquidação da sentença coletiva. Execução de sentença coletiva. Ministério Público no direito processual coletivo. DECA – Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos CEAFA – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional Compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais. Inquérito civil e recomendação. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985). Ação coletiva para a reparação de danos a direitos individuais homogêneos dos consumidores (Lei nº 8.078/1990). Ação civil pública de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992). Tutela processual coletiva no código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990). Tutela processual coletiva no estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003). Ação civil pública para a defesa dos deficientes (Lei nº 7.853/1989)

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Declaração Universal dos Direitos Humanos Regras Mínimas das Nações Unidas para o tratamento de reclusos Decreto nº 7.037/2009 – Programa Nacional de Direitos Humanos Lei nº 9.455/97 – Crimes de Tortura Lei nº 13.869/2019 – Abuso de Autoridade.

3. A prova teórica será aplicada no dia 07/03/2024, às 14:00 horas, em ambiente virtual.

4. No dia e horário informados no item acima, os candidatos, devidamente inscritos, receberão as avaliações teóricas em formato digital (ODT, DOC ou DOCX), por meio do e-mail informado no ato de inscrição.

5. O candidato deverá checar cuidadosamente seu e-mail, inclusive, a pasta de spam.

6. Caso a prova não tenha sido recebida até as 14:00 horas, o candidato, primeiramente, encaminhará e-mail para seccivelneves@mpmg.mp.br, com o assunto “Reenviar prova”. Persistindo-se o problema por outros 10 minutos, o candidato fará contato por meio do telefone (31) 3624-4209.

7. O candidato terá o prazo de 4 (quatro) horas para concluir a prova e enviá-la com as respostas para o endereço seccivelneves@mpmg.mp.br, preferencialmente, no formato PDF.

8. Não será necessário imprimir a prova. As respostas deverão ser digitadas por meio de edição ao documento original enviado.

9. Será considerada, na avaliação, a escrita, de acordo com as regras da Língua Portuguesa.

10. Será permitida consulta à legislação, às obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial, dentre outros, inclusive, em sites pela internet, vedado o auxílio de terceiros.

11. O Ministério Público não se responsabilizará por falhas ocorridas referentes à internet, equipamentos de informática, falta de software para abertura de documentos, indisponibilidade do provedor de e-mail e outros recursos necessários à realização da prova que devam ser providenciados, exclusivamente, pelo candidato.

12. Será excluído do exame o candidato que:

- a) não reivindicar sua prova até as 14:20 horas, caso não a tenha recebido;
- b) não encaminhar as respostas até as 18:00 horas, salvo se houver atraso no envio das provas, causado por falhas dos organizadores do processo seletivo. Caso assim ocorra, será avaliado o acréscimo de tempo ao final da avaliação.
- c) enviar documento(s) equivocado(s), corrompido(s), com formato diferente dos informados nos itens 4 e 7 ou em branco (sem as respostas);
- d) apresentar respostas cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia ou plágio de outro autor, sem as devidas citações.

13. Os 10 (dez) primeiros candidatos, classificados com as maiores pontuações na prova teórica, serão convocados, por e-mail ou telefone, para entrevista, referida neste Edital. A entrevista poderá ser realizada de forma virtual, com data a ser agendada.

14. Havendo empate na 10ª classificação, conforme item anterior, poderá ser convocado número maior de candidatos.

15. Ao ser convocado para a entrevista, o candidato, no prazo de 48 horas, deverá encaminhar currículo atualizado para o e-mail seccivelneves@mpmp.mp.br.

16. Os quesitos que serão analisados na entrevista são: A. Apresentação; B. Disponibilidade; C. Cordialidade; D. Proatividade; E. Comprometimento; F. Conhecimento; G. Experiência (com referências profissionais); H. Conduta (com avaliação de perfil e dados).

VI - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1. Será atribuída a nota de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos à avaliação teórica e de 0 (zero) a 50 (cinquenta) para a entrevista, somando-se um total de 100 (cem) pontos.

2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.

3. A relação de classificação atenderá à ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, os quais serão nomeados em estrita observância a essa ordem.

4. Em caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato com maior idade, considerado o ano, o mês e o dia de nascimento.

5. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal e no Diário Oficial do MPMG.

VII - DOS RECURSOS

1. O recurso contra a prova teórica do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, por meio do formulário disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/pw4w1L3aKx>, no prazo de 2 (dois) dias corridos subsequentes à publicação.

2. O recurso será encaminhado para apreciação do avaliador, com cópia para o *e-mail* do candidato.

3. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, sob pena de indeferimento sem análise do mérito.

4. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

VIII - DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

1. O candidato classificado será convocado em observância da ordem de classificação, conforme disposto no capítulo VI deste Edital.

2. A convocação oficial será feita por *e-mail* pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos, mediante solicitação realizada pela unidade.

3. Após a convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

a) aceitar a vaga ofertada;

b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;

c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

4. Será considerado desistente o candidato que não responder à convocação no prazo estipulado.

5. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no capítulo II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.

6. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.

7. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

8. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá encaminhar para o *e-mail* estagio-nomeacao@mpmg.mp.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, os seguintes documentos:

- a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com informação do prazo de duração ou da data estimada para encerramento do curso de pós-graduação;
- b) comprovante de colação de grau no curso de Direito;
- c) cópia da carteira de identidade e do CPF;
- d) cópia do comprovante de endereço;
- e) ficha de cadastro, conforme modelo disponibilizado no ato da convocação.

9. Após a apresentação dos documentos referidos no item 8, deverão ser providenciados, preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico de Informações:

- a) o termo de compromisso e o plano de estágio, assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo estagiário;
- b) a declaração pessoal de disponibilidade de horário e de inexistência de antecedentes criminais, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG.

10. Além do previsto nos itens 8 e 9 deste capítulo, o candidato deverá encaminhar para o *e-mail* estagio-nomeacao@mpmg.mp.br os seguintes documentos:

- a) exame médico admissional;
- b) foto digital 3x4, em formato JPG, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi;
- c) comprovante de existência de conta-corrente no Banco Itaú, de titularidade do candidato;
- d) certidão dos distribuidores criminais da Justiça Federal, da Estadual ou do Distrito Federal, onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- e) folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual ou do Distrito Federal, onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- f) comprovante de licenciamento profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, caso tenha a inscrição.

11. No prazo de 10 (dez) dias contados da convocação, a falta de qualquer dos documentos exigidos implicará a não nomeação do candidato aprovado e a desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

12. O prazo para a conclusão do processo de nomeação poderá ser dilatado, a critério do responsável pela unidade para qual o candidato foi convocado.

13. As nomeações para início das atividades serão feitas em observância aos prazos previstos na [Resolução PGJ nº 48/2021](#).

IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na inscrição ou na convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* estagio-inscricao@mpmg.mp.br ou pelo telefone (31) 3330-9996.

2. Para esclarecimento de dúvidas referentes à realização da prova, incluindo a correção e o resultado, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* seccivelneves@mpmg.mp.br ou

3. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.

4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.

5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora do Ceaf.

Élida de Freitas Rezende

Procuradora de Justiça

Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

HENRIQUE NOGUEIRA MACEDO

Promotor de Justiça

Promotorias de Justiça de Ribeirão das Neves/MG

Responsável pelo Exame de Seleção Pública